AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST: POSSIBILIDADES E LIMITES COMO INDUTORA DA SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS

PEDRO CARLOS SCHENINI; ANGELA MARIA PINHEIRO; LIANE CARLY HERMES ZANELLA; FERNANDO AMORIM DA SILVA; ALEXANDRE MARINO COSTA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL

schenini@cse.ufsc.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST: POSSIBILIDADES E LIMITES COMO INDUTORA DA SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS

Grupo de Pesquisa: Reforma Agrária, Mercado de Terras, Políticas Sociais na Agricultura

Resumo: Este trabalho foi elaborado com o objetivo de avaliar a atuação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária como possível indutora da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Para atender aos objetivos dessa pesquisa foi realizado estudo de caso no Assentamento de 30 de Maio, localizado na cidade de Charqueadas/RS, no qual funciona a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda – COPAC. A pesquisa demonstrou a viabilidade da cooperativa como indutora da sustentabilidade econômica, social e ambiental do assentamento. Os resultados evidenciaram que a sustentabilidade do assentamento está relacionada a preservação dos recursos naturais, especialmente solo, e que a opção pela agricultura orgânica decorreu desta constatação. Nesse contexto, o cooperativismo é reconhecido pelos assentados, como a melhor forma encontrada para viabilizar a sustentabilidade destas famílias no campo.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Sustentabilidade; Reforma agrária; Cooperativismo; Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual marcado pela globalização cultural e tecnológica, é notória a desvalorização do saber local. O problema não é novo, vem desde a época colonial, caracteriza-se pela concentração de terras em mão de poucos proprietários, monoculturas de extensão, importação de tecnologias estrangeiras e subordinação da agricultura aos interesses políticos e econômicos.

A formulação das políticas governamentais prioriza a agricultura como fornecedora de matéria prima para as indústrias em detrimento do fornecimento de alimentos para a população, no entanto, dados do último censo agropecuário, realizado em 1996, apontam que a pequena agricultura tem uma significativa colaboração na produção total de alimentos e emprega a grande maioria dos agricultores.

De acordo com o Instituto de Economia da Unicamp, o significativo aumento no número de assentamentos rurais exige alternativas que viabilizem o futuro desses pequenos produtores. Segundo o instituto, estes agricultores, na sua grande maioria descapitalizados, necessitam de acesso ao crédito agrícola específico para suas necessidades imediatas no assentamento, assistência técnica, educação rural e redes de distribuição dos produtos no mercado.

O principal desafio dos assentados é construir sua sustentabilidade na terra conquistada. Essa construção passa necessariamente pelo conhecimento de formas alternativas de produção que lhes possibilite acesso ao mercado consumidor nos setores não explorados pelos grandes produtores rurais.

A sustentabilidade dos assentamentos da reforma agrária no Brasil deve ser baseada em tecnologias não agressivas ao meio ambiente, como a utilização de sistemas agroflorestais e agroecológicos que possibilitam a diversificação da produção com a manutenção da cobertura vegetal original da região. Os assentados precisam acessar esses conhecimentos técnicos a fim de ampliarem a qualidade de gestão sobre suas unidades produtivas, de modo que tenham não apenas a garantia de sua subsistência imediata, mas ainda a possibilidade de manter seus filhos trabalhando na terra.

O conhecimento sobre as tecnologias apropriadas de produção dentro da realidade dos assentamentos é condição para a conquista de qualidade de vida, mais do que trabalhadores rurais com terra, essas pessoas almejam ser cidadãos.

Na visão do MST a terra deve ser tratada como um bem supremo, seus recursos naturais como o principal capital e a agricultura sustentável como forma digna de produção na qual a agricultura cooperativada é um símbolo de que é possível estar com qualidade de vida no meio rural, sem degradar o meio ambiente.

A partir das considerações apresentadas a pesquisa se propõe a conhecer a atuação de uma cooperativa de reforma agrária e verificar em que medida a atuação da cooperativa está em acordo com a visão proposta pelo movimento, ou seja, a sustentabilidade do assentamento está baseada na preservação do meio ambiente e a agricultura cooperativa é a forma encontrada para viabilizar essa visão.

Nesse contexto, o presente artigo teve o objetivo geral de conhecer a atuação de uma cooperativa de produção agropecuária como possível indutora da sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária. Teve, como objetivos específicos: a) identificar e caracterizar as ações da cooperativa no sentido de fomentar a sustentabilidade do assentamento; b) analisar a efetividade dessas ações para os cooperados.

O interesse desta pesquisa é decorrente das constatações acerca do hiato existente no Brasil entre a agricultura moderna, dos grandes latifundiários e a agricultura considerada de subsistência, esta praticada pelos pequenos proprietários dentre os quais encontram-se a agricultura familiar tradicional e mais recentemente os assentados da reforma agrária.

Esta pesquisa foi organizada em quatro itens, além da introdução. Inicialmente, foram abordados os pressupostos teóricos construídos através das experiências vividas durante a realização do trabalho de campo e dos subsídios encontrados na literatura referentes ao cooperativismo, a questão agrária e sua relação com a modernização agrícola brasileira e suas conseqüências para a agricultura, especialmente no que se refere a pequena agricultura, onde está incluída a agricultura familiar, a ascensão do modelo da agricultura sustentável e apresentada a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e sua proposta de trabalho como movimento e como organização social.

Feito isso, foram apresentados os aspectos metodológicos de pesquisa em questão, contendo as etapas da pesquisa, a seleção dos sujeitos, os processo de coleta, registro, categorização e análise dos dados. Em seguida, foi desenvolvido um Estudo de Caso, no qual foi apresentado o cenário da pesquisa, aspectos relevantes sobre os sujeitos envolvidos, com Análise dos Dados Coletados e os Resultados. Por fim, foram apresentadas as conclusões do estudo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este item apresenta uma síntese da teoria que possibilitou uma aproximação com a realidade empírica estudada Assim, inicialmente serão discutidas as cooperativas e o cooperativismo no Brasil para em seguida apresentar o que dizem os autores sobre a questão agrícola, agrária e a sustentatbilidade.

2.1 As cooperativas e o Cooperativismo no Brasil

A ação de cooperar – operar em conjunto – na ótica econômica do trabalho, é uma questão de sobrevivência, onde os homens reúnem esforços surgindo uma nova força de trabalho de natureza coletiva. Assim, segundo Araújo (1982), a cooperação pode ser vista como sendo uma forma de organização do trabalho associado, de indivíduos ou grupos com interesses comuns. O autor aborda esta questão com três enfoques: a cooperação como ação de cooperar, o cooperativismo como orientação doutrinária e a cooperativa como associação concreta.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua recomendação 127, cooperativa é:

> é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente (apud RECH, 2000, p.22).

Apesar de terem um funcionamento parecido em quase todo o mundo, o contexto ideológico no qual surgem as cooperativas influencia diretamente na filosofia defendida pelos cooperados. Assim a cooperativa seria o resultado do contexto político cultural, e pode-se referenciar dois pontos de vista distintos na formulação de sua ideologia.

Para os chamados *socialistas utópicos*, que acreditavam poder transformar a sociedade capitalista, eliminando o individualismo, a competição, a propriedade individual e os lucros excessivos, responsáveis pelas desigualdades e miséria dos trabalhadores, através da compreensão e da boa vontade da burguesia, a cooperativa é considerada um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social. No século XIX, dentre este grupo de teóricos houve duas correntes distintas de pensamento, ambas considerando o

cooperativismo como uma alternativa às mazelas do capitalismo. A primeira corrente composta pelo inglês Robert Owen, o francês Charles Fourier, o alemão Ferdinand Lassalle via na cooperativa uma etapa em direção a implementação do socialismo.

A segunda corrente representada pelo francês Charles Gide considerava a substituição do sistema capitalista por uma *República Cooperativa*, na qual todos os setores da economia estariam organizados num sistema cooperativista.

Nos estados socialistas, no entanto, nenhuma destas linhas prevaleceu (RECH, 2000) nos países onde se intentou implantar uma experiência socialista, o papel das cooperativas limitou-se a ser um instrumento complementar aos planos de coletivização governamental e não como iniciativa autônoma dos trabalhadores.

Do ponto de vista capitalista os *liberais*, e *fisiocratas* entendiam as cooperativas como corretivo dos defeitos do sistema capitalista, esta perspectiva conveniente é assumida nos países capitalistas e é base da legislação e política cooperativista. Para Adam Smith e David Ricardo, representantes do liberalismo, a verdadeira fonte de riqueza da sociedade é o trabalho em geral e não apenas o trabalho agrícola, conforme era a crença dos fisiocratas.

Quanto à natureza das cooperativas, existe uma variedade de funções e nível de organização. Assim temos, segundo Rech (2000), as Cooperativas de crédito, de consumo. agrárias ou agropecuárias, de pesca, habitacionais, de eletrificação rural, escolares, educacionais, de trabalho e de produção, que ser organizam em três níveis: singulares, centrais também chamadas de federação e a confederação de cooperativas.

No Brasil, as cooperativas têm uma dupla origem: surge de forma espontânea por interesses dos trabalhadores e pelo incentivo do Estado. Na época da ditadura militar a legislação foi fortemente endurecida dificultando em muito o desenvolvimento do cooperativismo, a Lei 5.764/71 que definiu a Política Nacional de Cooperativismo impôs tantos limites que tornou difícil a constituição e funcionamento das cooperativas. Para Rech (2000) esta é uma forma legalista de manter as elites no controle, pois impede que os pobres se organizem e criem problemas para o Estado manter a ordem do *status quo.* Segundo o autor, o principal papel da legislação conservadora é impedir que as cooperativas fomentem inovações e que caminhem em direção ao cooperativismo autogestionário, participativo e democrático-popular.

Na forma atual, só interessam ao Estado as cooperativas que existam para salvar algumas distorções que o sistema capitalista apresenta, sendo, portanto, porta aberta para medidas populistas governamentais.

Para Loureiro et al (1981), o cooperativismo brasileiro se reveste de um caráter autoritário e corporativista, visto que foi imposto de cima para baixo, através de leis produzidas pelo Estado Novo como reflexo do da intervenção estatal na economia. Desde seu surgimento, as cooperativas no Brasil sempre estiveram atreladas ao Estado, que não só regulamenta suas normas de criação e funcionamento, mas também, as fiscaliza diretamente. Mais recentemente, o Estado tem utilizado a cooperativa como instrumento de modernização da agricultura, expandindo o capitalismo no campo. Chama atenção para o artigo 47 da Lei 5.764/71, o qual, segundo a autora, rompe com os princípios doutrinários do cooperativismo, ao permitir que o Conselho de Administração seja renovado em apenas 1/3 dos seus membros, os outros 2/3 constituem um grupo de dirigentes com tendência a se perpetuar no poder.

A Lei 5.764/71, para Pinho (1982), apresenta uma flexibilidade à renovação e modernização estrutural das cooperativas brasileiras, possibilitando sua atuação como empresas modernas e dinâmicas. Para a autora as inovações estruturais que atualmente se processam coincidem com a necessidade das cooperativas de enfrentarem os problemas sociais e econômicos colocados pela ampliação do parque industrial, o que possibilitou

florescer nos centros urbanos novas categorias cooperativistas para atender às múltiplas necessidades da população.

O cooperativismo agrícola, diante dos crescentes desafios impostos pela urgente necessidade de produzir para o consumo interno e ao mesmo tempo exportar, de enfrentar a competição e contribuir para o desenvolvimento do país, volta-se para a economia de escala, conseqüentemente, busca o crescimento através de administração eficaz, redução de custos, verticalização, industrialização de produtos primários, participação em empresas não cooperativas.

Para Silva (2002) no Brasil existe atualmente a convivência de duas linhas de cooperativas, uma considerada tradicional e outra de resistência. A primeira se identifica com a proposta de industrializar e modernizar as relações no campo, funcionando como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista). Por outro lado, surge como forma de resistência o sistema cooperativista do MST, que propõe estimular e massificar um projeto de cooperação agrícola que seja, conforme Rigolin, (2005, p. 2):

> a) alternativo ao modelo capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores;
> b) diferente, uma vez que pretende construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar do associado, da cooperação desses entre si e com as diversas cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organizando os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de produção;
> c) de oposição à política neoliberal a ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas de assentados.

Apesar das pressões que vem sofrendo, para Rigolin (2005) o cooperativismo ainda é a melhor solução para os pequenos encontrarem a sua sustentação, segundo a autora, o que se faz necessário é uma compreensão maior acerca dos caminhos da sociedade capitalista, pois para se compreender a evolução do cooperativismo é necessário estudar suas particularidades dentro do contexto social onde se apresenta.

2.2 A questão agrícola, agrária e a sustentabilidade

A prática do cultivo da terra ou agricultura, de acordo com Ehlers (1999), teve início há mais ou menos dez mil anos, quando alguns povos do norte da África e do oeste asiático abandonaram progressivamente a caça e a coleta de alimentos e começaram a produzir seus próprios grãos. Até então os povos eram nômades.

Ehlers (1999) conta que o domínio sobre as técnicas de cultivo era precário e a produção de alimentos em quantidade suficiente para a humanidade de então, continuava sendo um desafio. Durante toda a Antigüidade, a Idade Média e a Renascença, a fome dizimou centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. Foi apenas nos séculos XVIII e XIX, com o início da agricultura moderna, que alguns povos começaram a produzir em maior escala, pondo fim a um longo período de escassez de alimentos.

Esse período ficou conhecido como Primeira Revolução Agrícola e consistiu basicamente na crescente aproximação entre agricultura e pecuária. No entanto, em meados do século XIX, uma série de descobertas científicas e avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão

interna, possibilitaram o progressivo distanciamento da produção animal e da produção vegetal, marcando o início de uma nova e ainda mais produtiva fase na agricultura, foi a Segunda Revolução Agrícola.

Paralelamente a entrada de adubação química, a agricultura também passou para a era da motomecanização. Em 1892 o americano John Froelich, construiu o primeiro trator agrícola movido à gasolina, porém, não houve grande aceitação. Logo após, em 1917, Henry Ford lançou o trator 'Fordson' que conseguiu definitivamente invadir o campo americano.

No entanto, a principal inovação da agricultura moderna surgiu das pesquisas do monge beneditino Johann Gregor Mendel (1822-1884) sobre a hereditariedade que fizeram dele o pai da genética. Os conhecimentos trazidos por Mendel para a agricultura facilitaram a prática da seleção de características desejáveis nas plantas, tais como: produtividade, resistência, constituição dos tecidos e palatabilidade.

Para Ehlers (1999) as variedades de plantas melhoradas em conjunto com fertilizantes químicos e a motomecanização foram responsáveis por sensíveis aumentos nos rendimentos culturais. Nesse mesmo período também cresceu o número de pragas e doenças que atacavam as lavouras o que levou ao desenvolvimento de técnicas de proteção às plantas cultivadas

No final da década de 60 e início da década de 70, os avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética culminaram com um dos períodos de maiores transformações na história recente da agricultura e da agronomia: a chamada Revolução Verde.

A Revolução Verde, para Ehlers (1999), fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais e tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Esse chamado 'pacote tecnológico' viabilizou, na Europa e nos EUA, as condições necessárias à adoção, em larga escala, dos sistemas monoculturais.

A grande expansão da revolução verde, para Kathounian (2001), se deu primeiro nos países industrializados. Saturados estes mercados a expansão foi orientada para os países pobres, sobretudo para aquelas culturas que pudessem pagá-los. No Brasil, a grande expansão se deu nos anos 70, vinculada ao crédito rural subsidiado, quando a liberação do crédito para financiamento da safra agrícola foi condicionada à utilização dos agrotóxicos. Conforme Ehlers (1999) esse tipo de prática foi incentivado em todo mundo pelo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a *United States Agency for International Development* (USAID), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), dentre outras.

Khatounian (2001) afirma que a agricultura tornou-se completamente dependente da indústria química, contudo, aparentemente, era tão eficiente e produtivo que dispensava explicações. Por estas vantagens, consolidou-se e se transformou, sobretudo nos países industrializados, no modo 'convencional' de produção.

No Brasil, além dos problemas sociais gerados pela modernização agrícola, evidenciaram-se os problemas ambientais decorrentes, em grande parte, da intensiva mecanização e do uso de agrotóxicos. O vultoso consumo de agrotóxicos provocou um aumento significativo do número de pragas, e foram identificadas cerca de 440 variedades de novos insetos e 70 novos fungos.

Sahtouris (1998) comenta que no início do século um agricultor produzia 10 calorias de energia alimentar por cada caloria de insumo de energia e, dessa maneira,

mantinha sadios o solo e o lençol freático, enquanto que o agricultor moderno investe 10 calorias de energia por cada caloria de alimento produzido. Concomitantemente, sua terra se torna cada vez mais empobrecida, destruindo, dessa maneira a própria base de seu sustento. A agricultura de alta tecnologia pode ser considerada como imensamente ineficiente e desperdiçadora de energia.

A crise de sustentabilidade na agricultura, para autora, está relacionada também à desastrosa implantação das monoculturas de alta tecnologia. A biodiversidade é essencial em todos os sistemas vivos, incluindo o humano, diz a autora.. A monocultura é tão destrutiva e perigosa nos sistemas sociais humanos quanto na agricultura. Quanto maior a variedade, mais estável será o ecossistema como um todo. Em termos biológicos, a biodiversidade é a essência na operação dos mecanismos ecológicos internos de controle e equilíbrio. O argumento básico é que, quanto maior a diversidade, maior a estabilidade do sistema, pela capacidade de responder a eventuais perturbações, considerando a existência de um maior número de organismos e de interações entre eles, e entre eles e o meio abiótico.

Segundo Khatounian (2001), apesar do sucesso produtivo da agricultura convencional, desenvolviam-se, pelo menos desde a segunda década do século XX, movimentos que apontavam em outras direções.

Nas conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorridas em 1972, 1982 e 1992, materializaram-se as evidências de que os danos causados pela agricultura convencional eram de tal magnitude que urgia mudar de paradigma. Para Graziano Neto (1999), a importância do movimento por uma agricultura sustentável não está na questão da produção, mas na proposta de uma nova concepção de desenvolvimento econômico. A principal contribuição desse movimento não consiste na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza, na produção de novos conceitos filosóficos, morais e até religiosos. Brademburg (1999) alerta para o fato de que a construção de um projeto de vida que inclua valores éticos, subjetivos, racionalidades diversas e uma relação de convivência com os recursos naturais, que difere de um estilo de vida segundo padrões do modernismo consumista, no entanto, não é um trabalho solitário.

Acima de tudo é uma prática que avança através de vários movimentos sociais ou coletivos, capazes de reforçar a solidariedade e nutrir interesses comuns de sujeitos sociais diversos.

Seguindo a linha da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, desenvolveu-se o conceito de sustentabilidade, entendido como o equilíbrio dinâmico entre três ordens de fatores: os econômicos, os sociais e os ambientais, inter-relacionados, em um processo de transformação que transcende limites geográficos-políticos e coloca e sobrevivência do homem e de outras espécies como seu objetivo maior.

Para Sachs (1997) o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

A sustentabilidade social dá ênfase à presença do "ser humano na ecosfera", diz Bellen (2005, p. 37). E continua.: "A preocupação maior é como bem estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição" (p.37). Para Sachs (1997) a sustentabilidade social refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de exclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.

A sustentabilidade econômica refere-se, segundo a Agenda 21 (2000) a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macros sociais.

Na perspectiva ambiental/ecológica, a sustentabilidade refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas, diz a Agenda 21 (2000). Na concepção de Bellen (2005, p. 37) sustentabilidade ecológica "significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em um nível mínimo".

A perspectiva geográfica pode ser alcançada, diz Bellen (2005) através de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, enquanto que a cultural, diz Sach (1997) está relacionada com o caminho da modernização, sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos.

No presente trabalho, a temática abordada privilegia as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.2 Caracterização da pesquisa

Este estudo se caracteriza como teórico-empírico, pois simultaneamente teoriza o conteúdo apresentado, e possui forte conexão com a realidade empírica observada. Conforme Castro (1978), o estudo teórico-empírico está na busca do confronto da teoria com a realidade.

A pesquisa tem uma abordagem predominantemente qualitativa. Conforme apresenta Godoy (1995), pela perspectiva qualitativa um fenômeno pode ser compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte integrada, permitindo sua compreensão a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas. Neste sentido, buscou-se através de depoimentos, percepções dos cooperados envolvidos na Cooperativa de produção de Charqueadas conhecer as ações empreendidas visando a sustentabilidade social, ambiental e econômica da Cooperativa.

Caracteriza-se também como uma pesquisa descritiva, pois se buscou expor as características da população estudada e avançar em direção ao estabelecimento de correlações entre variáveis, porém sem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação (VERGARA, 1990).

O estudo caracteriza-se como estudo de caso, que segundo Bruyne et al (1977), configura pesquisas fundadas no estudo em profundidade de casos particulares, de natureza intensiva sobre uma ou algumas organizações reais. O autor afirma que, apesar do caráter particularizante, e da capacidade de generalização limitada pela própria natureza dos estudos de caso, eles podem objetivar ultrapassar a dimensão particular, ao autorizar algumas generalizações empíricas, mesmo que suas conclusões não se revelem necessariamente corretas para outros casos. Para Triviños (1994), estudos de caso cujo interesse recai sobre a vida de uma instituição, neste caso, a COPAC, são caracterizados como histórico-organizacionais.

3.3 Os sujeitos de pesquisa

Entre as 27 famílias que formam a Cooperativa de Produção dos Assentados de Charqueadas – COPAC foram selecionadas nove pessoas: uma pessoa de cada setor, um militante liberado pela cooperativa, três coordenadores, três mulheres e seis homens. Todos entrevistados são casados e tem filhos.

A seleção dos sujeitos da pesquisa foi realizada intencionalmente. O menor número de mulheres se deve ao fato de que três das mulheres abordadas para a entrevista manifestaram "estar envergonhadas" porque, segundo elas, "não sabiam falar direito", devido ao baixo nível de instrução: duas estudaram até a quarta série do ensino fundamental e uma é analfabeta. Nessa perspectiva, a seleção amostral dos sujeitos de pesquisa se caracteriza como não-probabilística intencional, pois os elementos pesquisados foram escolhidos pelo pesquisador.

Quadro 1. Perfil dos sujeitos de pesquisa

Entrevistado	Setor	Idade	Sexo	Instrução
E1	Grãos	42 anos	Masculino	Primário
E2– Coordenador	Horta	36 anos	Masculino	2º grau incompleto
E3	Animal	39 anos	Masculino	2º grau incompleto
E4	Social	38 anos	Feminino	1º grau incompleto
E5	Mercado	32 anos	Feminino	Primário
E6 – Coordenadora	Social	34 anos	Feminino	1º grau incompleto
E7 – Coordenador	Grãos	43 anos	Masculino	1º grau incompleto
E8	Mercado	40 anos	Masculino	2º grau incompleto
E9	Militante	38 anos	Masculino	2º grau incompleto

Para facilitar a redação e compreensão deste trabalho e por questões éticas, optou-se por identificar no texto cada sujeito da pesquisa por uma letra do alfabeto "E" (de entrevistado) associada a seqüências de números de 1 a 9 (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9) relativos à ordem em que os personagens foram entrevistados. O quadro 1 possibilita visualizar o perfil dos sujeitos de pesquisa que fizeram parte dessa pesquisa.

3.4 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Os dados foram obtidos a partir de fontes primárias, coletados pela primeira vez pelo autor, e fontes secundárias, se tratando de dados já existentes e disponíveis para a pesquisa. Richardson et al (1989) identifica as fontes primárias como as que têm relação física direta com os fatos analisados, enquanto as fontes secundárias têm sua relação com os mesmos a partir de elementos intermediários.

Para obtenção de dados, a partir de fontes primárias, foi utilizada a observação direta e entrevistas semi-estruturadas.

Observar, segundo Triviños (1994) não é somente olhar, é ressaltar do todo (pessoas, objetos) algo específico. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos e fenômenos que se pretende estudar, dizem Lakatos e Marconi (1990). Neste estudo a observação direta permitiu a coleta de dados sobre atitudes e comportamentos dos entrevistados como também a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevista.

Entrevistas semi-estruturadas segundo Cruz Neto (2002) procura obter informações presentes na fala dos atores sociais, no caso, os assentados envolvidos na COPAG. A opção pela entrevista semi-estruturada possibilitou a coleta dos fatos relatados pelos entrevistados, já que discorreu na forma de uma conversa com objetivos bem definidos. Desta forma, se conseguiu atingir maior conteúdo e espontaneidade nas respostas, enriquecendo assim a investigação. No momento do primeiro contato os entrevistados foram informadas da finalidade – objetivo do trabalho, as questões éticas, a possibilidade de usarmos gravador e, especialmente, sobre o caráter sigiloso da entrevista e foram realizadas, na sua maioria, no próprio setor de trabalho do assentado. Os diálogos foram

gravados, transcritos e, posteriormente, elaborada a sistematização e categorização dos dados.

As anotações de campo, isto é, as manifestações observadas e as reflexões do pesquisador seguiram orientação de Trivinõs (1994) através do diário de campo.

O levantamento através de fontes secundárias foi feito através de pesquisa documental, livros, jornais, artigos, revistas, trabalhos científicos, documentos internos da Cooperativa, dados de *sites* oficiais.

3.5 Tratamento, análise e interpretação dos dados

Para Lakatos e Marconi (1990), a análise é a busca pelas relações entre o fenômeno estudado e outros fatores, enquanto a interpretação consiste na exposição do significado do que foi obtido, na tentativa de se conseguir um significado mais amplo para as respostas, pela correlação com outros conhecimentos.

A análise qualitativa incidiu sobre os dados levantados pelas técnicas de observação, entrevistas com os associados da cooperativa e diário de campo. Primeiramente organizou-se a documentação, em seguida as entrevistas foram transcritas e criteriosamente detalhados, através de um estudo minucioso do conteúdo, das palavras e frases.

É importante salientar que no processo da pesquisa as falas dos entrevistados emergiram com grande riqueza e complexidade de dados. Não é proposta deste trabalho exaurir e reproduzir todos os aspectos elencados, mas sim suscitar novos questionamentos a partir dos dados relatados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 O Movimento dos trabalhadores sem Terra e a COPAC

A luta camponesa tem se mostrado de diferentes formas ao longo do tempo. Na sua luta pela terra e pela reforma agrária os camponeses enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros e se opuseram ao Estado representante da classe dominante. No período de 1979 a 1984 eclodiram inúmeros movimentos por parte dos camponeses, ocupações de terras, reuniões e encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST, fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado de 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná.

Nessa trajetória de mais de vinte anos de lutas o MST deixou de ser apenas um movimento social e tornou-se uma organização social presente em vinte e três unidades da federação. Essa organização é composta por acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, que possuem veículos, máquinas e implementos, envolvendo trabalhadores de várias categorias, que abrange as diversas dimensões da vida dos sem-terra.

Visando a sustentabilidade de seus assentamentos o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, cuja finalidade é estimular e massificar a Cooperação Agrícola dentro dos assentamentos, nas suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais. O cooperativismo proposto pelo MST visa conscientizar a sua base para construir uma sociedade mais justa, demonstrando a possibilidade de novas relações sociais, baseadas no companheirismo e na solidariedade.

Dentro dos assentamentos podem coexistir as mais variadas formas de cooperação, das mais simples, como os mutirões até as mais complexas como as Cooperativa de

Produção Agropecuária (CPAs). Uma CPA é complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e trabalho coletivo.

A Cooperativa de Produção dos Assentados de Charqueadas – COPAC – nasceu em dezembro de 1990 da necessidade dos assentados do Assentamento 30 de Maio permanecer na terra conquistada. Estradas de chão batido de fácil acesso levam ao assentamento distante 60 Km de Porto Alegre – Capital do Estado e 12 Km da sede do município de Charqueadas.

Quando chegaram ao local a eles destinado encontraram uma área de terra descoberta e tudo por construir. No inicio produziram para o consumo próprio. Sem recursos do Governo trabalhavam com o que tinham: algumas ferramentas e sementes doadas por companheiros do movimento.

Com o apoio do Setor de Formação e Produção do MST e EMATER os assentados de Charqueadas organizaram cursos como hortigranjeiros, produção de arroz, gado leiteiro, fruticultura, suinocultura, avicultura, apicultura, administração, teoria da organização entre outros. E, em seguida, criaram a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas LTDA - COPAC. A Ata de Constituição da COPAC foi lavrada em 28 de julho de 1991 e consta como objetivo desenvolver a produção agropecuária de forma coletiva e democrática. Na oportunidade elaboraram o regimento interno onde constam os direitos e deveres de cada membro.

Para os Sem Terra a preservação dos recursos naturais é fundamental para sua manutenção no campo, não é possível abordar a sustentabilidade dos assentamentos, sem incluir a sustentabilidade do patrimônio ambiental. Para massificar o sentimento preservacionista nos seus militantes o Movimento elaborou dez compromissos nos quais fica evidente a opção pela agricultura sustentável. Os compromissos propostos são:

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3. Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores...
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
10. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

4.2 As ações empreendidas pela COPAC

Uma vez que a cooperativa, conforme seu Estatuto se propõe a fomentar as dimensões social e econômica e o discurso do MST pressupõe que esta sustentabilidade deve ser feita com a preservação da terra como principal patrimônio do assentado, buscou-se através da pesquisa de campo conhecer em que medida a atuação da cooperativa está de acordo com essa diretriz.

4.2.1 As ações da COPAC e a área Social

A sustentabilidade social do assentamento envolve aspectos relacionados à vida social dos assentados e a sua inserção na comunidade, ao processo educativo, lazer, ao bem-estar das pessoas que ali residem, saúde e à forma de trabalho.

A construção de uma convivência harmoniosa com os moradores de Charqueadas foi um grande desafio para os assentados, o entrevistado E8, comenta que no inicio houve uma política contrária à implantação do assentamento, segundo ele:

> Era um município que não conhecia a palavra sem terra e para eles além do presídio, eles achavam que chegaram outros quase pior. Então tu trabalhou na lógica de hoje nós chegar em qualquer loja, em qualquer estabelecimento e comprar o que quiser.

Atualmente os assentados são bem recebidos em Charqueadas, especialmente depois da inauguração do Mercado COPAC, que é conhecido como "mercado dos colonos". Foi através do Mercado que os assentados conquistaram a confiança e o respeito dos moradores, fazendo campanhas, sorteando cestas de mantimentos com direito a visitas ao assentamento, onde os visitantes eram recebidos com almoço especial.

Nos dias que permanecemos no assentamento para realização desta pesquisa foi nos dada a oportunidade de participar de dois eventos. O primeiro foi uma reunião geral dos assentados com os técnicos da Emater e da Secretaria da Agricultura do Município. A reunião teve como objetivo fazer conhecer aos órgãos públicos as demandas dos assentados, as quais fazem parte do planejamento da COPAC para 2005/2006.

A reunião foi conduzida por uma técnica da Prefeitura, que abriu os trabalhos falando sobre colaboração, isto porque o atual prefeito pretende fazer um planejamento participativo no município, razão pela qual chamou os assentados para contribuírem.

Homens e mulheres participaram da reunião, mas apenas os homens se pronunciaram, falando sobre as demandas do assentamento. A principal manifestação dos assentados foi uma ação mais efetiva da Secretaria na fiscalização dos produtores vizinhos ao assentamento que pulverizam suas lavouras com avião, contaminando as lavouras do assentamento. Da mesma forma foi cobrada uma vigilância mais efetiva em relação a tuberculose bovina, no assentamento foram sacrificadas 50 cabeças de gado para conter o alastramento da doença, no entanto, os vizinhos não tem o mesmo critério na manutenção da sanidade animal, o que acarreta novos focos de contaminação. Para a região, os assentados propuseram que a prefeitura faça estudos de viabilidade de transformar Charqueadas em uma "bacia leiteira" e ainda que aproveitasse melhor o potencial hídrico da região, incentivando a piscicultura com a construção de uma unidade industrial para processamento de peixe. Os técnicos passaram por escrito as idéias apresentadas e comprometeram-se a repassar ao prefeito.

Outro evento foi uma recepção, seguida de palestra e dia de campo, promovida pela COPAC, e oferecida aos sem terra de dois acampamentos, o Capela e o Sinos. Compareceram cerca de 50 pessoas destes dois acampamentos, que vieram em busca de conhecimentos e experiência dos associados da COPAC. Os principais assuntos tratados na palestra inicial foram, o sistema cooperativista coletivista, e a agroecologia. Na palestra proferida pelo coordenador da horta, foi enfatizado aos acampados os prós e contras do modelo de cooperativismo da COPAC, seu funcionamento, as vantagens que se pode obter e as dificuldades encontradas. Em relação à agroecologia explicou o porquê da utilização deste modelo de produção, motivos econômicos, ambientais e políticos.

Por estas reuniões pode-se perceber o quanto os assentados estão inseridos na comunidade, e a atuação da cooperativa no sentido de disseminar as boas práticas

agrícolas. De acordo com a secretária da COPAC, entrevistada E6, o assentamento recebe em média duas mil pessoas por ano, entre visitantes, estagiários, estudantes e membros do MST que vem trocar experiências.

Em relação à *educação*, a COPAC mantém uma creche para crianças de um até seis anos. As mães com bebês até um ano são liberadas de cumprir as obrigações com a cooperativa e retornam ao trabalho quando a criança já estiver em idade de ir para a creche.

A escola do assentamento serve aos alunos de 1ª até a 4ª séries, a escola também é freqüentada por crianças da comunidade vizinha, mas o sistema de ensino é do Movimento, que privilegia uma educação voltada para a realidade daquelas crianças. O entrevistado E7, declarou:

> a política de educação é voltada para a realidade dos assentamentos onde as crianças vivem, uma política onde as companheiras mulheres tem espaço, e tudo isso é reivindicação e luta também...

Na educação de adultos o MST promove o sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do qual participam três assentados, um que cursa o primeiro grau e dois que cursam o segundo grau. Os trabalhos de sala de aula no EJA também têm como tônica a realidade vivida pelos assentados, todos os exemplos usados em sala de aula tem a vida no campo como inspiração.

Em relação ao *lazer*, a COPAC oferece aos assentados uma opção que dificilmente um pequeno agricultor teria acesso. Os cooperados têm direito a trinta dias de férias, não remuneradas; compete a cada um fazer sua programação financeira para viabilizar sua programação de férias. O período escolhido sempre é comunicado a cooperativa de modo a providenciar uma escala de substituição nos postos de trabalho. A maioria dos associados aproveita este período para ir a praia e visitar os parentes, especialmente os pais.

Uma vez por ano, normalmente em fevereiro, vão à praia. Organizam-se em duas turmas, cada uma com direito a quinze dias, ficando hospedados em alojamentos pertencentes à igreja.

O refeitório do assentamento é o espaço utilizado para as reuniões, festas, e missas. As missas acontecem, uma vez por mês, de acordo uma programação prévia. Neste local são realizadas as comemorações maiores, como aniversário da COPAC e do assentamento, festa de São João, e as comemorações especiais. A entrevistada E6, comenta: "no ano passado no dia das mães os homens fizeram um jantar pra nós no refeitório, assim muito bonito, então dia dos pais nós fizemos pra eles, entregamos presente e tal". A festa de São João é conhecida até mesmo em Charqueadas, pois os assentados convidam toda a comunidade a participar.

Em relação à condição das mulheres no assentamento observamos que persiste uma divisão nas tarefas, embora alguns homens apresentem uma postura mais aberta, especialmente os mais jovens. O entrevistado E2, manifestou: "... ainda tem casos aqui em que a mulher faz tudo, tem aqui algumas raízes que são mais tradicionais, conservadora, tem uns ainda que acham que a tarefa da mulher é cuidar do marido (risos)".

O objetivo da cooperativa é envolver as mulheres no trabalho coletivo. Experiências de outras cooperativas do movimento demonstraram que as mulheres que não encontraram espaço de trabalho dentro da cooperativa, abandonaram as atividades agrícolas e passaram a desenvolver outras tarefas fora do assentamento.

Na COPAC todas as mulheres estão inseridas em algum setor, são responsáveis por alguma atividade, exceto as mães com bebês menores de um ano, no entanto a entrevistada E6 declarou:

> Pode-se dizer que desde do início as mulheres já evoluíram bastante, mas o trator, por exemplo, nunca dirigiram, nem caminhão, a camionete e a Kombi. No mercado as mulheres nunca foram no açougue, já no setor social é só mulher, tem uma que cuida da creche, então tem uma mulher lá que cuida das crianças para que as outras mulheres trabalhem. No refeitório é só mulher, quando tem que cozinhar para receber as visitas, é só as mulheres que cozinham. Mas em casa eles cozinham bem!

Na COPAC há cinco setores, em apenas um deles a coordenação está a cargo de uma mulher, da mesma forma na coordenação geral há apenas uma mulher, no entanto, há uma mulher do assentamento que é da Coordenação Nacional do MST.

No âmbito do *lazer* as mulheres também se dizem prejudicadas, pois apenas os homens têm uma atividade de lazer semanal, toda a terça-feira a noite vão jogar futebol em Charqueadas, inclusive participam do campeonato municipal, já ganharam dois primeiros lugares.

Os depoimentos das entrevistadas confirmam que a condição da mulher no assentamento e na COPAC ainda não está de acordo com o tratamento igualitário proposto pelo MST nos seus objetivos gerais, conforme o sexto item **"Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher".** Essa constatação faz parte de um determinado momento, um corte da realidade, e julgamos que, a exemplo de tantos outros objetivos já alcançados pela COPAC, a participação igualitária da mulher da mesma forma o será.

Em relação ao *bem-estar geral* os assentados se dizem satisfeitos, gostam do lugar onde moram, gostam dos setores onde trabalham e na grande maioria dos casos consideram-se bem adaptados ao trabalho coletivo.

No quesito *saúde* os assentados deixam bem claro a relação que existe entre a manutenção da própria saúde com o meio ambiente. A entrevistada E5, que trabalha na horta, quando indagada sobre o uso de agrotóxicos comentou: "[...] quando a gente usava esses produtos na lavoura meu marido ficava com bolhas pelo corpo, uma alergia que a gente sabe que era desses produtos, depois (da conversão para orgânico), nunca mais, então tu vê a importância disse [...]".

Os assentados consideram a *forma de trabalho*, no coletivo um grande aprendizado. Demonstram um alto grau de tolerância uns para com os outros e sabem que estão construindo alguma coisa para a sociedade, que vai muito além dos objetivos da cooperativa: a experiência de que é possível fazer diferente!

O principio da democracia na cooperativa está calcado primeiro no respeito às pessoas e suas necessidades, por isso há uma grande flexibilidade nas ações. O entrevistado E2, fala sobre a convivência na agrovila, como uma escola, onde aos poucos as pessoas têm a oportunidade de se desapegar da crença no individual e da necessidade da competição, diz ele: "[...]a convivência no coletivo é uma forma de educação, muda-se a mentalidade assim[...]".

A crença na possibilidade de mudança da sociedade está presente em muitas falas, os assentados consideram-se instrumentos da mudança no país, e tem orgulho de poderem ser vistos como exemplo, um bom exemplo de como a reforma agrária dá bons resultados, de como os agricultores tem capacidade, coragem, criatividade e que podem viver bem no campo.

4.2.2 As ações da COPAC e a economia

A primeira luta dos assentados é pela posse da terra, a segunda é pela permanência na terra conquistada, que se refere principalmente a condição básica: ter o que comer a

partir da produção de alimentos. Seguem as lutas pela construção da infra-estrutura, moradia, estradas, rede de energia elétrica e de água, acesso a escola, financiamento para a produção de alimentos para comercialização.

Os assentados de Charqueadas permaneceram três anos acampados na área lutando e resistindo até conquistarem sua posse e estão a quinze anos lutando para se manter nesta terra.

A opção pelo cooperativismo de forma coletivista foi o caminho encontrado pelos assentados porque consideram que a organização dos pequenos os torna mais fortes e com possibilidades de competir em algumas áreas de produção. De acordo com os depoimentos coletados entre os assentados a dificuldade do pequeno agricultor é imensa, pois não existe uma política agrícola que favoreça o pequeno produtor. A concorrência com a agricultura empresarial é desigual, até mesmo injusta, diz o entrevistado E7, mantendo os camponeses na pobreza quando não os excluem completamente do campo.

Uma vez organizados na cooperativa os assentados unem esforços, saberes e recursos para viabilizarem-se em conjunto.

No caso de Charqueadas a primeira diretriz foi plantar para subsistência e posteriormente buscar recursos para ampliar a produção e a infra-estrutura. Na produção para subsistência o princípio fundamental é a diversidade da produção vegetal e animal.

Na infra-estrutura há necessidade de estradas para escoar a produção comercial e o silo para armazenar os produtos antes da venda. Na escolha das culturas para comercialização o fator determinante na escolha é o mercado consumidor (onde está localizado e a identificação de qual cultura existe demanda). Para escolher as culturas, tanto comerciais como de subsistência, o fator determinante na decisão é a condição do clima e do solo. Esse conhecimento é de fundamental importância.

Outra preocupação dos assentados é não cair na monocultura, não investir só no arroz, ou só no leite, pois havendo qualquer oscilação no mercado, o prejuízo é certo.

Quando indagados a respeito da satisfação individual com a renda auferida no trabalho coletivo as opiniões não foram unânimes. As mulheres na sua maioria, não consideram satisfatório o rendimento financeiro. Ao contrário, os homens se dizem satisfeitos no conjunto embora considerem que a remuneração em dinheiro não é satisfatória, apontam outras vantagens não financeiras.

As mulheres, algumas por pensarem nos filhos gostariam de ter uma renda maior para ter acesso a um nível de consumo urbano, passeios, mais roupas, reforma da casa e um carro próprio são alguns dos aspectos citados. Essa realidade pode ser conferida no depoimento de E4:

> Com o dinheiro dá para dizer que está estável. Nunca a gente vai acompanhar as coisas que está aí, a moda, tudo que a TV mostra, a gente não vai ter como acompanhar. O consumismo é muito grande, mas para gente sobreviver em boas condições, acho que a gente tem mais, para come bem pelo menos, a gente se veste mais ou menos, atende as necessidades.

Por outro lado, os homens chamaram atenção para outros valores além do econômico: a convivência, o local, a saúde e o aprendizado conquistado nestes anos. O relato do entrevistado mostra essa perspectiva:

> Olha só pegando a parte financeira, não dá só pegando essa parte, porque de fato a situação da agricultura ela não diferencia de outros que não trabalham na cooperativa. Um exemplo, deu a seca, nós perdemos muito

> dinheiro, no leite, no arroz, no milho, a fruta também não deu, deu também tuberculose nas vacas, tivemos que matar, é prejuízo. Ninguém tem garantia de nada, mas pegando a realidade da agricultura, hoje com certeza nós estamos vivendo assim muito bem, uma alimentação saudável, um convívio, a moradia, que a gente não tinha nada disso. O principal é a gente estar construindo e morando onde a gente gosta. Então para mim o financeiro é secundário, eu não me apego a muitas coisas, acho que vivendo bem de saúde, uma boa alimentação e você dando exemplo de que é possível você vive numa sociedade diferente, já é uma grande coisa. Mas o financeiro falta para nós. Na questão de saúde não temos problemas, no dia-a-dia nunca falta nada.

A cooperativa gera emprego e uma renda para todos os assentados. A renda inclui o salário referente às horas trabalhadas e a alimentação a preço de custo. Os assentados dispõem de horas livres para o lazer e férias programadas todos os anos.

As casas onde os assentados moram são de madeira, na sua maioria, algumas mistas e poucas em alvenaria, porém, todas são servidas de energia elétrica, água de boa qualidade, telefone e possuem eletrodomésticos.

No geral o assentamento 30 de Maio é um belo lugar, agradável, bem cuidado, de fácil acesso de carro, e no período letivo é servido de linha de ônibus urbano em três horários diferentes, de qualquer modo a cooperativa também dispõem de veículos de transporte para os assentados.

4.2.3 As ações da COPAC e o Meio Ambiente

Com base no planejamento de trabalho da COPAC para 2005/2006, é possível perceber que as ações da cooperativa têm um forte cunho preservacionista, não descuidando da realidade imediata e da viabilidade econômica sem a qual os assentados não permanecem na terra conquistada.

O objetivo primordial da cooperativa é a permanência dos assentados na terra conquistada. Neste sentido, a estratégia desde o início do assentamento foi a manutenção de uma atividade que promovesse uma renda mensal com viabilidade econômica. No inicio, quando a palavra de ordem era produzir e sobreviver, os assentados trabalhavam no modelo dito "convencional", ou seja, o modelo legado pela revolução verde. Sementes manipuladas, uso intensivo de insumos químicos e dependência do receituário agronômico, o que confirma os estudos de Medeiros e Leite (1999). Com o tempo, constataram que a produtividade despencava enquanto o uso de insumos aumentava, elevando conseqüentemente o custo da produção. Nas palavras dos próprios assentados: "estávamos ficando novamente sem terra, assentado sem terra". A solução do problema veio com a conversão do modelo convencional para o modelo agroecológico.

O entrevistado E3, trabalhador no setor animal narra como foi a conversão do sistema de pastoreio extensivo para o atual pastoreio rotativo.

> No inicio do ano de 1991 começamos com 10 vacas trazidas pelas famílias e colocadas no coletivo, eram vacas comuns o leite era para consumo interno, principalmente para as crianças. Foi se descartando algumas e segurando as melhores, em 92 foi comprado 7 vacas Holandesas. Começamos fazer queijo, mas avaliamos o custo e paramos de fazer, então começamos a vender o leite nas casas da cidade de Charqueadas, também para o consumo interno. O rebanho foi

> aumentando com reprodução destas e com a produção e projetos. Em 94 tínhamos 40 vacas. Aumentou a venda do leite nas casas, mas tivemos problemas no recebimento, em 96 mudamos novamente a venda, começamos entregar para indústria, laticínio do município de São Jerônimo, Unileite do município de Ivoti e finalmente então para a cooperativa Santa Clara do município de Carlos Barbosa. Até 96 nós não fazíamos manejo, as vacas eram largadas no campo extensivo, fazendo com que as vacas não aproveitassem o potencial da área, nós fazíamos cilagem para o ano todo, isto era um custo muito alto, este gasto a mais, também se dava na ração. Nossa média era de 12 litros de leite por vaca. Chegamos à conclusão que deveríamos mudar a maneira de trabalhar com o gado leiteiro, Entre 96 e 2000, foi plantado novos tipos de grama como, tifton, ermati, estrela africana, pensacola, e ainda continuamos com campo nativo. Mas ainda não era pastoreio rotativo, não se respeitava o repouso necessário para a pastagem. Tivemos a decisão de não mexer mais na terra, iniciamos o piqueteamento por conta, sem dados técnicos.

É interessante observar que os assentados embora sem assistência técnica adequada, partiram da observação pessoal, e usando de criatividade passaram a introduzir modificações nas suas formas de trabalho a partir dos recursos locais e da sabedoria popular. Com essa mudança os assentados observaram uma sensível melhora na produtividade e otimização no uso dos recursos. Conforme o entrevistado E3 as vantagens do pastoreio rotativo são: a) aumento na produção de leite por hectare; b) diminuição do custo de produção; c) melhoria na sanidade animal; d) melhoria do ambiente; e) base para produção de leite orgânico. E continua:

> Usamos produtos homeopáticos, para vermes, carrapato, mosca do chifre entre outras. Para mamite usamos banha com alho, para vermes usamos também alho na ração. Hoje ainda temos a suplementação alimentar cilagem em períodos de inverno ou seca, a ração no rebanho é em média de 2kg por cabeça/dia.

A narrativa do entrevistado permite conhecer o alto grau de comprometimento deste trabalhador e da cooperativa com a viabilidade econômica e ambiental da produção leiteira do assentamento.

Outro setor que passou por modificação no sistema de produção foi o setor da horta. Segundo o Coordenador desse setor,

> Herdamos do sistema imposto através da revolução verde, o uso intensivo de máquinas agrícolas, tínhamos a idéia da grande lavoura, da quantidade, de produzir bastante nem que para isso fosse preciso envenenar a terra e o meio ambiente, por meio de venenos e adubos solúveis. Ainda não tínhamos uma educação ambiental. Os resultado dessa prática foi que não avançamos economicamente como esperávamos, pois nesse tipo de modelo o custo de produção é muito alto, elevado demais para nós que partimos do nada, tudo vinha de fora do assentamento a dependência externa era muito grande.
> [...]
> Os adubos solúveis dão resultados mais imediatos, porém não recuperam o solo, pelo contrário agridem o solo e o meio ambiente. Após um trabalho intensivo da Emater, Fundação Gaia e Coceargs, que trouxeram

> para nós experiências de outros assentamentos com resultados de recuperação de solos através da adubação verde, ai se iniciou um trabalho em pequenas áreas e entendendo como um processo, onde continua até hoje.

Podemos perceber na narrativa do entrevistado a consciência a respeito do que é estar simplesmente reproduzindo um modelo imposto, sem questionar a validade, aplicabilidade e conseqüências. Nesse momento cabe salientar que muitas vezes essa reprodução se dá por falta de esclarecimento, falta de alternativas, a narrativa nos permite perceber que a conversão de modelo começa na mente das pessoas, o que corrobora Shiva (2003). Disse o Coordenador do setor de horta:

> Chegou um momento onde esgotamos toda a capacidade de produção de nosso solo, quando percebemos estávamos ficando novamente sem terra e com um solo mais pobre do que quando iniciamos o cultivo da terra. Foi aí que decidimos iniciar um processo de transição para a agroecologia do conjunto das atividades da COPAC, tanto de origem vegetal como animal. Inicialmente foram feitos alguns experimentos e posteriormente foram tomadas decisões políticas como não entrar mais veneno nem adubo químico da porteira para dentro e cada setor da COPAC tinha que ver em conjunto a assistência técnica, qual seria a melhor forma de produzir de forma ecológica. O nosso primeiro desafio foi à recuperação e conservação de nosso solo, entendendo que sem esse recuperado dificilmente faremos agroecologia. Nas áreas mais degradadas foi feito um planejamento de manejo e adubação verde e os casos mais graves se encontram até hoje em descanso para que vão se recuperando. Os canteiros foram refeitos de forma definitiva, em nível observando o caimento do solo, permitindo que estes tenham um maior aproveitamento da água, uma importante fonte de vida. Água sem qualidade poderá trazer ainda mais problemas para dentro da horta e por conseqüência evitando erosão e esgotamento ainda maior do solo. Geralmente os assentamentos ocorrem em solos degradados e sem base para se iniciar uma implantação de culturas e sempre os recursos financeiros são poucos ou quase nada. Para o desenvolvimento da agroecologia de forma massiva, o MST deveria reivindicar uma fonte de recursos junto aos governos, (a fundo perdido) para a reestruturação e conservação dos solos, já que sem esses recuperados jamais podemos implantar e desenvolver uma agricultura agroecológica.

A narrativa do assentado permite perceber um alto grau de clareza nos objetivos da cooperativa e o mais importante, firmeza, decisão séria, de optar pela mudança de modelo e assumir os riscos advindos dessa posição.

Poderíamos ainda transcrever outras narrativas dos assentados que corroboram a decisão da cooperativa de investir na produção agroecológica, mas julgamos que esses exemplos (do leite e da horta) demonstram o quanto a COPAC vem sendo coerente com o discurso ambientalista do MST e com os objetivos dos assentados que é permanecer na terra com qualidade de vida. Julgamos que está caracterizada a sustentabilidade ambiental do assentamento.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a conhecer as ações empreendidas pela Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda quanto à sustentabilidade social econômica e ambiental.

As ações da COPAC estão alicerçadas na efetividade das ações de cada cooperado no seu setor de atuação. Quando percebem que algum setor passa ou tem a tendência de passar por dificuldades, intensificam esforços na área ou mobilizam-se na busca de alternativa que possa suprir o coletivo.

Os cooperados da COPAC entendem que a prosperidade de cada um está baseada na prosperidade de todos, e para conquistarem esta prosperidade não estão à espera de assistencialismo ou de milagres. Esperam apenas que as instituições cumpram a parte que lhes cabe e que a sociedade passe a ter maior consciência, pois a mudança social em curso não interessa apenas aos sem terra, e sim à nação.

Constatou-se que a infra-estrutura existente, tanto as de propriedade coletiva, Mercado COPAC na cidade de Charqueadas, caminhão de transporte, máquinas agrícolas, silo de armazenagem, entre outros, e as propriedades individuais, casas de moradia, foram possibilitadas pela gestão coletiva e democrática da Cooperativa. A atual qualidade de vida, conquistada pelos assentados, se deve a disposição em atuar em conjunto priorizando o "nosso" em detrimento do "meu". Como cooperativa de gestão coletiva as ações da COPAC refletem as ações dos próprios assentados e sua disposição em progredir em conjunto, construindo um exemplo do que é considerado por eles uma nova e mais sociedade.

Quanto à dimensão social pode-se perceber que os assentados estão satisfeitos e nos parece que a sustentabilidade social do assentamento está caracterizada. Persiste a necessidade de ampliarem-se os espaços femininos, no âmbito da coordenação, no acesso a educação e no lazer. Constatou-se que os assentados estão plenamente inseridos na comunidade de entorno, participando ativamente em festividades, competições esportivas, e tem voz ativa politicamente. Questões como moradia, saneamento básico, estradas, alimentação, acesso a serviços de saúde, transporte coletivo e escolas, estão assegurados.

As necessidades básicas dos assentados estão garantidas conforme proposto nos objetivos da constituição da COPAC, o que assegura a sustentabilidade do assentamento. Em relação à satisfação de desejos de consumo, além dos básicos, cremos que esta é uma situação particular e envolve a subjetividade de cada um, sua cultura, sua ambição e expectativa pessoal.

Enquanto cooperativa coletivista cabe aos assentados contemplar nos próximos planejamentos uma possível distribuição maior de sobras. A viabilidade desta proposta poderia suprir as expectativas de consumo de bens e serviços além do essencial, verbalizada por alguns entrevistados. Essa é uma questão orçamentária delicada, uma vez que na agricultura, como aconteceu em 2004, uma seca pode levar todo lucro previsto no exercício.

Na dimensão econômica as ações da cooperativa têm surtido efeito. Todos os assentados têm rendimento econômico do trabalho cooperativo, não precisam trabalhar fora do assentamento para obter garantida sua subsistência. A cooperativa está bem estruturada e organizada e possui patrimônio em bens e imóveis para garantir a continuidade de suas atividades.

Na dimensão ambiental a cooperativa tem todo planejamento da produção agrícola voltado para a segurança alimentar, os assentados demonstraram envolvimento com as questões ecológicas. O modelo tecnológico privilegiado é a agroecologia, na qual a cooperativa vem investindo na busca de assistência técnica para capacitação dos associados.

Enfim, pode-se afirmar que a COPAC é um exemplo de que o cooperativismo pode ser uma alternativa viável, quando existe um trabalho de base e capacitação de seus membros.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 Local do Município de Florianópolis. **Meio ambiente quem faz é a gente.** Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000.

ARAÚJO, S. M. P., **Eles:** a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Indústria Gráfica Projeto, 1982.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

BRAMDENBURG, A, **Agricultura familiar, ongs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRUYNE, P. de et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CASTRO, C. de M. **A prática da pesquisa**. São Paulo : McGraw-Hilll, 1978.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S.(Org). **Pesquisa social**: teoria**,** método e criatividade. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**. 2ª ed. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1999.

GODOY, A S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GRAZIANO NETO, Francisco. **O paradoxo agrário.** Campinas, Pontes Editores, 1999.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. ver. ampl. São Paulo, Atlas, 1990.

LOUREIRO, M. R. et al. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PINHO, D B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** São Paulo: Brascoope, 1982.

RECH, D. **Cooperativas:** uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RIGOLIN, M. R. V. **Cooperativismo:** uma alternativa para o pequeno produtor. Disponível em: <Gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/rigolin/paper0265.pdf>. Acesso em: 10 out. 2005.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P.P.; WEBER J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

SAHTOURIS, E. **A dança da terra.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

SILVA, T. P. Fundamentos teóricos do cooperativismo e o MST. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n 19, p.229-242, jul./dez.2002.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia L, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1994.
VERGARA, S C. Tipos de pesquisa em administração. **Cadernos EBAP**, FGV, Rio de Janeiro, n. 52, jun. 1990.